

Respostas Jorge Pinto 2026

Candidato a Presidente da República

1. Que papel desempenha na fundamentação da sua atividade política a defesa dos valores republicanos, nomeadamente da laicidade do Estado?

Os valores Republicanos têm estado constantemente presentes na minha campanha política, logo desde o início. Recordo que disse defender a nossa II República em que vivemos (por definição a ditadura não pode ser considerada uma República) em oposição ao candidato de extrema-direita que diz querer instaurar uma IV República.

Também tenho mencionado recorrentemente na minha campanha a trilogia que herdámos da Revolução Francesa, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, como valores fundamentais da República que defendo. E tenho mencionado esses valores para dizer que nos tempos atuais de segregação, polarização e de ódio, devemos defender e concretizar, na prática, o pilar da Fraternidade.

Sou também um acérrimo defensor da Laicidade do Estado, princípio que consta na Constituição da República Portuguesa. A Laicidade implica dois fatores importantes: a separação entre Igreja e Estado; e a neutralidade religiosa, isto é, o tratamento igual que se deve dar às diferentes confissões religiosas.

2. Que papel deve desempenhar o Presidente da República no combate contra os preconceitos étnicos, raciais, religiosos, ou de género, que persistem na sociedade portuguesa?

O Presidente da República deve ser um papel agregador de toda a população que nasceu, que imigrou, que habita e que trabalha em Portugal. Para coexistirmos no mesmo território, é essencial o combate aos vários preconceitos que existam relativamente às diferentes comunidades. Todos somos diferentes e isso não só é uma riqueza cultural, como é uma vantagem a vários níveis - sociais, económicos, de inovação, de produção de conhecimento, entre outros. Mais do que um desafio, esta é uma oportunidade de promover o papel da Igualdade entre todos os que coexistem em Portugal.

3. É favorável à revogação da Concordata?

Absolutamente. A Concordata é um acordo que confere privilégios a uma religião em detrimento de outras, sendo isso contrário à neutralidade religiosa que um Estado Laico deve assumir. Se queremos respeitar, valorizar e dignificar a Constituição da República Portuguesa, como tenho defendido nos debates e entrevistas em que tenho participado, então é necessário cumprir o princípio constitucional da laicidade, o que, na prática, implica a revogação da Concordata.

4. É favorável à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma que esta seja aplicável à igreja católica, e abolindo os privilégios das comunidades religiosas?

Sendo fulcral a liberdade de pensamento e de expressão, e portanto a liberdade de crer ou de não crer, decorre daí a importância da liberdade religiosa. Porém, a Lei da Liberdade Religiosa deve ser aplicada com igualdade a todas as religiões, não podendo haver uma religião maioritária favorecida, como é o caso da ICAR em Portugal. E sim,

devem ser abolidos os privilégios das comunidades religiosas, devendo as mesmas ser tratadas como quaisquer outras comunidades civis, inclusive no que concerne ao pagamento de impostos.

5. É favorável ao fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento é subsidiada pelo Estado e permite até que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares?

Absolutamente. Sendo a República Portuguesa um país laico, em que há separação entre Estado e Religião, a Escola Pública deve deixar de oferecer a opção de Educação Moral e Religiosa, assim como devem terminar quaisquer relações de docentes de disciplinas religiosas em funções executivas. Esta medida, aliás, consta nos vários programas eleitorais do LIVRE. Mas deve-se ir ainda mais longe: devem terminar as iniciativas de festas religiosas no espaço escolar público, assim como visitas escolares de cariz religioso.

6. Promulgaria uma lei sobre a legalização da morte assistida, desde que não existam dúvidas constitucionais?

Sim. A legalização da morte assistida é uma questão de liberdade individual e de autonomia de decisão sobre o seu próprio corpo, desde que a decisão parta da vontade da própria pessoa. Aliás tem sido essa a base de propostas legislativas apresentadas por diversos partidos, da esquerda à direita. Apesar de este não ser um tema unânime na sociedade, parece reunir o consenso entre diferentes grupos

sociais e espectros políticos. Deveria ser tão importante ter uma vida digna, como poder optar por uma morte digna perante certos contextos, sendo para isso necessário haver um suporte legislativo que regule a prática e garanta as condições éticas para que tal ocorra. Se a isso se acrescentar a ausência de dúvidas constitucionais, o processo de legalização estará em condições de ter lugar.

7. Promulgaria uma lei que restrinja gravemente o acesso à nacionalidade pelo direito de solo?

Não. Quem nasce num país, deve ter a nacionalidade desse país.